



**Mercadoria ou comida?  
Plantação e contra-plantação no  
colonialismo tardio em  
Moçambique**

Goods or food? Plantation and counterplantation in late colonialism in Mozambique

¿Mercancías o comida? Plantación y contra-plantación en el colonialismo tardío en Mozambique

**Caio Fabiano Lopes do Valle Souza<sup>1</sup>**

 [0000-0002-8742-6738](https://orcid.org/0000-0002-8742-6738)

**Resumo:** Cultivos em Moçambique disputaram a terra com intensidade crescente em meados do século XX. O colonialismo português operou no sentido da implantação de monoculturas a fim de suprir a economia da metrópole em meio a pressões anticoloniais. Entrementes, plantas havia muito tempo utilizadas pelas comunidades locais, como o caju, o amendoim e a mandioca – trazidas da América do Sul –, tiveram preservada a sua relevância alimentar e simbólica em esforços contra o sistema de plantação capitalista.

**Palavras-chave:** Moçambique. Alimentação. Vegetais. Colonialismo. Resistência.

**Abstract:** Crops in Mozambique competed for land with increasing intensity in the mid-20th century. Portuguese colonialism operated towards the implementation of monocultures in order to supply the economy of the metropolis amid anti-colonial pressures. Meanwhile, plants that had long been used by local communities, such as cashews, peanuts and cassava – brought from South America –, had their nutritional and symbolic relevance preserved in efforts against capitalist plantation hegemony.

**Keywords:** Mozambique. Food. Vegetables. Colonialism. Resistance.

**Resumen:** Los cultivos en Mozambique compitieron por la tierra con creciente intensidad en el siglo XX. El colonialismo portugués operó hacia la introducción de monocultivos para abastecer la metrópoli en medio de presiones anticoloniales. Mientras tanto, las plantas que habían sido utilizadas durante mucho tiempo por las comunidades locales, como los anacardos, el maní y la mandioca – traídas de América del Sur –, mantuvieron su relevancia en los esfuerzos contra la hegemonía de la plantación capitalista.

**Palabras clave:** Mozambique. Alimentos. Verduras. Colonialismo. Resistencia.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo - USP, com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Professor de História na Prefeitura Municipal de São Paulo. *Lattes:* [7744623964156437](https://lattes.cnpq.br/7744623964156437) - *E-mail:* [caiodoalle@gmail.com](mailto:caiodoalle@gmail.com).



## Introdução

O objetivo deste artigo é pensar alguns cultivos alimentares em Moçambique a partir de uma perspectiva de contra-plantação<sup>2</sup> (Casimir, 1992; Bulamah, 2022) no bojo da intensificação das políticas coloniais tardias portuguesas<sup>3</sup> voltadas ao incremento de monoculturas agrícolas em meados do século XX, destacando-se o algodão (*Gossypium hirsutum* L.). Para tanto, buscaremos mobilizar a noção de *habitar colonial* colocada em marcha por Malcom Ferdinand (2022); também procuraremos realçar uma característica presente em plantas relevantes para a subsistência de populações moçambicanas em suas machambas<sup>4</sup> e no mato que as inscreve num eixo de trocas luso-brasileiro, que hoje poderíamos designar de “Sul-Sul”, tais quais o caju (*Anacardium occidentale* L.), o amendoim (*Arachis hypogaea* L.) e a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), amiúde menosprezadas pelas autoridades coloniais. Nosso percurso analítico retém por base o entendimento de que os anseios de reconfiguração produtiva do solo moçambicano manipulados pelo Estado Novo salazarista<sup>5</sup> se inscrevem nos permanentes processos de

<sup>2</sup> A ideia de contra-plantação aqui desenvolvida inspirou-se no trabalho do antropólogo haitiano Jean Casimir, para quem o avanço colonial europeu moderno engendrou um “[...] novo mundo [...] paralelamente ao da sociedade colonial”, ou seja, aquela assente no sistema de plantação exportador. Para o autor, esse “novo mundo” pode “ser considerado como um sistema de contra-plantação [*counter-plantation*]” e o seu “surgimento não foi indolor”, tendo sido “o resultado, ao mesmo tempo necessário e inesperado, do colonialismo” (Casimir, 1992, p. 22, *tradução nossa*. Original: “A new world developed parallel to that of the colonial society. It may be regarded as a counter-plantation system. Its emergence was not painless. It was the result, both necessary and unexpected, of colonialism.”). Retomado pelo antropólogo brasileiro Rodrigo Charafeddine Bulamah, o conceito contribui para reiterar que, mesmo em contextos de racialização da propriedade e de restrição da mobilidade social, pessoas vivendo sob o peso do cativo e outros mecanismos de dominação colonial conseguiram forjar, “[...] ao lado de outros seres, novas expectativas, paisagens e possibilidades de vida”. É, segundo Bulamah, “[...] neste ponto que a brecha camponesa possibilitou a reafirmação da humanidade dos negros e o surgimento de novas alianças a partir das práticas, dos afetos e das técnicas desenvolvidos na relação com a terra, com os terrenos de provisão, com as plantas e com os animais” (Bulamah, 2022, p. 16-17).

<sup>3</sup> Na historiografia mais recente, o colonialismo tardio tem sido compreendido como o período final da subordinação de territórios africanos a Portugal, o que coincide com as tensões políticas internas e internacionais que compeliariam à derrocada do Estado Novo. Em relação a Moçambique, o tardo-colonialismo assentou-se sobretudo entre os anos 1950 e a independência em 1975. “Com efeito, timidamente a partir dos anos 1950, e aceleradamente na década de 1960, Moçambique – com destaque para os centros urbanos – passa por mudanças significativas. Estas foram potenciadas pelo conjunto de respostas e adaptações do Estado Novo às ameaças que pendiam sobre o império” (Castelo *et al.*, 2012a, p. 22). Recorde-se que a maioria da população moçambicana do período residia em áreas rurais e dependia diretamente da terra para a subsistência alimentar.

<sup>4</sup> Machamba, termo proveniente da língua xichangana, em Moçambique, é a roça, o terreno cultivado, a propriedade agrícola familiar em geral de pequenas proporções e muitas vezes capitaneada por mulheres.

<sup>5</sup> O regime autoritário do Estado Novo iniciou-se formalmente em 1933, com a promulgação de uma nova Constituição portuguesa, de viés corporativista e antiliberal. Foi comandado em sua maior parte pelo ex-ministro das finanças da ditadura militar lusitana (1928-1933), o presidente do conselho de ministros António de Oliveira Salazar (1889-1970), substituído em 1968 por Marcello Caetano (1906-1980), este derrubado em 1974, junto com a estrutura política ditatorial do governo, pelo golpe militar conhecido como Revolução dos Cravos.



expropriação e violência ligados ao movimento do capital em sua dinâmica de subalternização de territórios frente à lógica da divisão internacional do trabalho, tendente à manutenção da hierarquia de poderes geopolíticos e da riqueza circulante (Bombardi, 2023).

Segundo mais extenso território dominado pelos portugueses na África, Moçambique, tal qual as demais quatro colônias lusitanas no continente, se agitava na efervescência de horizontes nacionalistas nos anos 1950. Foi ao final daquela década que os esforços de grupos voltados à luta independentista adquiriram crescente estofamento e capacidade de aglutinação, intensificando-se sobremaneira a partir de 1961, com a independência de Goa, o território que Portugal tentava conservar na Índia, e o estopim da luta armada de libertação na maior “província ultramarina” do então império português, Angola. Em setembro de 1964, seria a vez de a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em torno da figura do sociólogo Eduardo Chivambo Mondlane (1920-1969), iniciar a guerra de independência na colônia banhada pelo oceano Índico. O conflito entre os guerrilheiros nacionalistas e o exército luso se arrastaria por uma década, atingindo quase que exclusivamente o interior dos distritos mais ao norte do território, em particular Cabo Delgado e Niassa, na fronteira com a Tanzânia, país cujo governo apoiava e colaborava com os revolucionários moçambicanos.

É de se ressaltar, portanto, que grande parte do espaço geográfico e das populações de Moçambique – sobretudo as do centro-sul e as litorâneas – não participaram e não foram diretamente afetadas pelo confronto armado. Contudo, dinâmicas sociais por toda a colônia sofreram com o impacto de reformas liberalizantes e novas diretrizes legais, políticas e econômicas emanadas de Lisboa, todas elas tentativas de resposta para as contestações e lutas nacionalistas em desenvolvimento. Empreendidas num momento de recrudescência de pressões diplomáticas pelo fim do colonialismo e pela autodeterminação dos povos afro-asiáticos submetidos por potências europeias, tais medidas tinham o intuito de reiterar – acima de tudo no contexto da Organização das Nações Unidas (ONU), onde o salazarismo sofria constantes derrotas<sup>6</sup> – o suposto pertencimento das possessões de além-mar à soberania nacional portuguesa, num pretensão contínuo territorial pautado por sua indivisibilidade política. Evidente que os discursos estado-novistas apontavam na direção de uma integração “multirracial”<sup>7</sup> que levaria ao acesso à plena cidadania por todas as pessoas nascidas em

<sup>6</sup> Portugal apenas ingressou para a ONU em 1955, dez anos após os seus primeiros signatários, incluído o Brasil, aderirem à Carta de São Francisco, ratificada nos estertores da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

<sup>7</sup> Ideologia propagada pelo salazarismo em particular após o início da guerra de libertação angolana, em 1961, seguindo as propostas do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987) sobre o chamado lusotropicalismo,



terras lusitanas, dentro ou fora da metrópole, independentemente das características físicas e culturais de cada indivíduo, até a sua cor. Mais evidente ainda foi a permanência da dinâmica racista e rigidamente verticalizada nas colônias anos depois do decreto-lei que abolira, em 1961, a estratificação populacional em distintos grupos sociojurídicos, arranjo oficial em que a categoria “indígena” representou, durante boa parte do século XX, a maioria negra e subalternizada,<sup>8</sup> quase sem direitos formais reconhecidos pelo Estado, o que abria margem para variadas formas de exploração. Mesmo depois dessa mudança formal de status e de “alargamento” da cidadania, na prática pouco ou nada se alterou nas relações interpessoais dentro da colônia.

Significa dizer: o acesso à plenitude de direitos civis, políticos e sociais prosseguiria vetado pelo regime. [...] O governo de Salazar abolia, sim, ao menos na lei, as categorias de ‘indígenas’ e assimilados [as raras pessoas negras que ‘comprovassem’ às autoridades portuguesas um ‘estágio civilizacional’ parecido com o de europeus]; contudo, não franquearia, nem sequer por via legal, o ingresso automático ao conjunto dos direitos civis, políticos e sociais da cidadania portuguesa (Valle Souza, 2022, p. 141).

No que tange à economia colonial e ao seu desenvolvimento nos marcos capitalistas, a política institucional portuguesa procurou imputar-lhe um caráter agrário e exportador. Em geral, ignorou os cultivos que por gerações serviam à subsistência de largos estratos populacionais moçambicanos a fim de implementar outras culturas mais interessantes às demandas imediatas dos mercados metropolitanos. Sobressaíam-se, nesse sentido, as culturas do algodão, da cana de açúcar (*Saccharum officinarum*) e do arroz (*Oryza sativa* L.). Entretanto, como demonstra Bridget O’Laughlin, a despeito da renitência em admitir em seus planos agrícolas a massificação de produtos derivados de plantas já abundantes em várias regiões do território e de intenso uso local, caso do caju, do coco (*Cocos nucifera* L.), da mandioca e do amendoim, o “[...] sector capitalista em Moçambique durante o período colonial” ostentou uma “dependência extrema do sector familiar” agrícola, em particular para

---

ou seja, a suposta diferença qualitativa do colonialismo português frente ao das demais potências europeias (britânica, francesa e belga, principalmente). Nessa visão, a “missão” colonial lusa não seria de mera exploração dos povos dominados, mas sim de sua integração à identidade metropolitana, pretensamente superando mesmo diferenças raciais, étnicas, linguísticas e culturais. ver: Freyre, 2010 [1940].

<sup>8</sup> A categoria de “subalternos” aqui mobilizada provém dos escritos carcerários do teórico marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Supomos que ela permite, junto com o seu par “hegemônicos”, um escopo analítico mais abrangente que as “marxianas clássicas (burguesia/proletariado)”, pois a dupla de opostos conceitual engendra melhor “[...] a posição social e a subjetividade, elemento estrutural e elemento cultural e ideológico”; no caso de “subalternos”, o conceito compreende “[...] tanto grupos mais ou menos desagregados e marginais quanto o proletariado de fábrica” (Liguori, 2022, p. 38) – as populações moçambicanas coloniais interpretadas nesta análise entendemos se encaixar no primeiro recorte.



alimentação barata da força de trabalho e produção de matéria-prima (O’Laughlin, 1981, p. 13-14). Dessa forma, com o emprego de cultivos obrigatórios pelo campesinato negro moçambicano, este foi obrigado a continuar a produzir alimentos para si, mas fora de uma lógica de subsistência, substituída pela economia monetária, pois o

[...] baixo custo da força de trabalho colonial – que constituiu a própria base de acumulação do capital colonial – dependia da capacidade da família camponesa se auto-alimentar e ainda produzir excedentes. Assim o rendimento proveniente do trabalho assalariado e da produção de culturas de rendimento tornou-se um elemento necessário para a reprodução da agricultura familiar – para a compra de implementos, animais e instrumentos de tracção bem como de bens de consumo (O’Laughlin, 1981, p. 12).

A partir da década de 1950 e dos renovados e sucessivos questionamentos ao colonialismo, o Estado Novo também articulou suas pretensões agrícolas em Moçambique para estimular a entrada de portugueses brancos no território, o que, conforme o entendimento dos artífices do salazarismo, produziria o efeito de integração “multirracial” com o distante ultramar índico, além de contribuir para estancar o desemprego entre brancos com pouca instrução formal no Portugal metropolitano e insular – Madeira e Açores – em elevação no pós-Segunda Guerra Mundial (Castelo, 2012b, p. 28).<sup>9</sup> O projeto de um colonato no vale do rio Limpopo, no Sul moçambicano, como veremos a seguir, esteve entre as mais ostensivas iniciativas arquitetadas com tal propósito.

### ***O habitar colonial no colonialismo tardio***

Se a experiência no Limpopo representou uma vistosa empreitada agrícola lusitana em Moçambique a partir de meados dos anos 1950, não foi a única iniciativa capitalista – nem sequer a principal – a vislumbrar a colônia enquanto um potencial celeiro do setor primário para atender a economia portuguesa. De fato, o antigo projeto de irrigação do rio no distrito de Gaza, plano que tinha suas origens em estudos de engenharia dos anos 1920, passou a ser implementado décadas depois procurando “[...] responder a objectivos económicos – aumento da produção nacional de arroz e redução da dependência de alimentos básicos provenientes de países vizinhos –, a objectivos políticos [...] e a objectivos ideológicos”, criando “miniaturas de Portugal em África” (Castelo, 2012b, p. 32), dispondo de uma “feição ruralista, tradicionalista e conservadora” (Castelo, 2012b, p. 27) assente sobretudo em

---

<sup>9</sup> O número de europeus brancos em Moçambique cresceu seis vezes em trinta anos, saltando, conforme dados do Instituto Nacional de Estatística, de 27 mil em 1940 para 163 mil em 1970 (Berg, 1987, p. 382).



suposições e “não em estudos agronômicos e económico-sociais cientificamente conduzidos”, envolvendo “avultados encargos para o Estado” (Castelo, 2012b, p. 32-33). O colonato do Limpopo representava uma novidade em relação a projetos similares ao admitir, estrategicamente, a presença de colonos negros moçambicanos assimilados junto com os brancos. Tratava-se, efetivamente, de uma vitrine – para consumo interno português, e para propagandear para o resto do mundo – cujo sentido era “demonstrar” a integração racial e a igualdade de oportunidades entre brancos e negros sob a bandeira de Portugal. O modo de vida projetado para as famílias de colonos seguia regras estritas, inspiradas nas freguesias rurais portuguesas da metrópole, em que o chefe do núcleo deveria ser do sexo masculino e com idade inferior a 45 anos. Quanto aos cultivos irrigados, a montante do vale, havia o domínio de arroz, forrageiras e tabaco (*Nicotiana tabacum*). A jusante, algodão, tabaco, tomate (*Solanum lycopersicum* L.), citrinos e fibras têxteis (Castelo, 2012b, p. 39). Verificava-se ainda a criação de animais, em particular gado bovino.

Tanto as diretrizes comportamentais quanto as culturas agrícolas incentivadas no colonato do Limpopo escancaravam – pelo seu modo impositivo – o desinteresse colonial pelos outros humanos (e seus devires) a ocupar previamente o vale do rio, bem como pelas terras e pelos outros não humanos (Ferdinand, 2022, p. 48). Igualmente a outras visões imperialistas sobre o potencial de “recursos” agrícolas passíveis de serem extraídos de Moçambique, o experimento do Limpopo, que reuniu, em 1968, um número máximo de 10 mil habitantes, representou uma expressão do *habitar colonial* de que fala Malcom Ferdinand, posto em marcha acelerada pelo salazarismo durante o colonialismo tardio; quer dizer, uma subordinação “[...] a outro habitar, o habitar metropolitano, ele mesmo pensado como o habitar verdadeiro”, resultando numa “dependência ontológica em relação ao habitar metropolitano europeu” (Ferdinand, 2022, p. 49). Afinal, “[...] o habitar colonial visa à exploração com fins comerciais da terra”, na qual existia a possibilidade de “*extrair* produtos para fins de enriquecimento” sempre numa “[...] relação de exploração intensiva da natureza e dos não humanos” (Ferdinand, 2022, p. 50).

Conforme vimos, o algodão concorreu como uma das plantações estimuladas na reengenharia de irrigação e colonização do Limpopo. Entretanto, o foco metropolitano neste cultivo transcendeu, e muito, aquele espaço geográfico e aquele tempo específico em Moçambique. O que não é de se estranhar: em boa parte da África o algodão constituiu a



principal matéria-prima colonial, dadas características como o clima tropical de vastas porções do continente e a enorme disponibilidade de mão de obra camponesa local. Não à toa, o produto, “[...] exportado para as potências metropolitanas por uma fração dos preços praticados no mercado mundial, epitomizou a exploração colonial e o empobrecimento africano” (Isaacman, 1992, p. 816, *tradução nossa*<sup>10</sup>). A partir do final dos anos 1930, as plantações de algodão passaram a ser forçadas em extensas áreas do Sul ao Norte moçambicano, apesar das enormes diferenças ecológicas e mesmo político-administrativas entre as porções meridionais e setentrionais – estas últimas ainda bastante menos atreladas ao histórico domínio português na região e aos sabores da economia mundial. Ao criar a Junta de Exportação de Algodão Colonial (JEAC) em 1938, o Estado Novo vislumbrava pôr um fim à vacilante economia algodoeira em Moçambique, encarada como deficitária havia décadas, um problema atacado de várias maneiras embora jamais resolvido pelas autoridades. É de se notar que, poucos anos antes, 99% do algodão descaroçado utilizado pela indústria portuguesa dependia de importações (Isaacman, 1992, p. 818). O governo de Salazar, partindo de estruturas estatais autoritárias, passou, então, a impor “a milhares de famílias africanas” uma “[...] actividade capitalista nova numa região [sobretudo o Norte moçambicano] em fase de incorporação na economia-mundo” (Fortuna, 1990, p. 20).

Não pertence ao escopo deste artigo discutir a fundo as muitas implicações sociais e demográficas que a cultura algodoeira provocou historicamente em Moçambique, embora algumas considerações sejam úteis e necessárias. Para começar, houve uma rápida explosão de pequenos agricultores arregimentados para aquele cultivo: de estimados 22 mil em 1935 para surpreendentes 858 mil em 1944, a maioria (78%) nos distritos da Zambézia (central) e do Niassa (setentrional) (Fortuna, 1990, p. 18). Além disso, em particular no Sul, que funcionava como uma gigantesca reserva de mão de obra barata de mineiros para a extração de ouro no Transvaal da vizinha África do Sul, as mulheres passaram a comandar, muitas vezes, a integralidade da produção agrícola nas machambas. Mães, filhas, cunhadas, irmãs e sobrinhas dos homens recrutados ano a ano para trabalhar nas minas sul-africanas assumiram, nas primeiras décadas do século XX (em paralelo ao aumento da produção mineira), o protagonismo da limpeza de terrenos agricultáveis, do plantio e da colheita, sendo o sorgo – ou mapira, em Moçambique – (*Sorghum bicolor* L. Moench) e o milhete (*Pennisetum*

<sup>10</sup> Original: “Cotton, exported to the metropolitan powers at a fraction of the world market prices, epitomized colonial exploitation and African impoverishment”.



*glaucum* L.) alguns dos cultivos mais praticados até então. A imposição colonialista do cultivo do algodão elevou a faixa etária das produtoras, além de expor as mulheres a mais riscos de violência por parte dos cipaios, os agentes militares comandados por europeus encarregados de fiscalizar as plantações e aplicar penas (incluindo castigos físicos e prisão) se julgassem necessário (Isaacman, 1992, p. 829). *O habitar colonial*, recordemos, pressupõe a imbricação da “[...] ideologia da colonização com aquela de uma dominação masculina” e está “explicitamente ligado ao gênero”: trata-se de “massacrar os homens e de violar as mulheres” numa “verdadeira execução do princípio do altericídio” (Ferdinand, 2022, p. 52-53). Afinal, a imposição do sistema de plantaçaõ exportador “[...] foi (e é) baseada na remoção ou absorção de laços comunitários preexistentes e na reconfiguração em torno da produção de matérias-primas” (Wolford, 2021, p. 1627, *tradução nossa*<sup>11</sup>).

O trabalho familiar aumentou de modo significativo, incluindo a mão de obra infantil. De acordo com Allen Isaacman, a produção de algodão no Norte moçambicano “[...] exigia entre um terço e dois terços mais mão de obra do que o milho [*Zea mays* L.], o sorgo, o milheto, o feijão [*Phaseolus vulgaris* L.] ou o amendoim”, cultivos tradicionais das populações locais, atingindo 150 dias de serviço intenso por hectare cultivado (Isaacman, 1992, p. 827, *tradução nossa*<sup>12</sup>). Em meados da década de 1940, com o êxito de sua imposição do algodão como cultura prioritária, o salazarismo conseguiu arregimentar capital privado para o estabelecimento de onze concessionárias responsáveis por gerenciar a produção e a exportação algodoeira. Foram muitos os estímulos financeiros por parte do governo de Lisboa – de subvenções fiscais ao estabelecimento de um preço mínimo (acima do mercado internacional) garantido por quilo da rama de algodão despachada em navios portugueses. Isso para não mencionar o esmagador ônus da produção sobre os camponeses moçambicanos, visto que o valor pago pela produção da matéria-prima achava-se artificialmente depreciado, e sem possibilidades de buscarem outros compradores para além da concessionária a que estavam submetidos.

Em resumo, a fim de beneficiar capitais, a indústria e o consumo metropolitanos, as autoridades lusas, em pouquíssimos anos, atrelaram a maioria da população rural em idade ativa de Moçambique à cultura algodoeira. Segundo Carlos Fortuna (1990, p. 18), dos pouco

<sup>11</sup> Original: “The imposition of plantations around the world was (and is) predicated on the removal or absorption of preexisting community ties and reconfiguration around commodity production [...]”.

<sup>12</sup> Original: “Whatever the exact figure, recent studies suggest that cotton production in the North required between one-third and two-thirds more labor than maize, sorghum, millet, beans or peanuts.”



mais de cinco milhões de moçambicanos recenseados em 1940, 29,4% do total de habitantes já estavam diretamente envolvidos com a produção dessa matéria-prima. O *habitar colonial*, em sua longa história no Plantationoceno<sup>13</sup> característico da modernidade capitalista, “engendrou diversas formas de subjugação” de seres humanos – de início pela escravidão, depois, pelas diferentes formas de trabalho forçado – “por meio de um modo de organização hierárquica da produção” e da ocupação privatizada das terras (Ferdinand, 2022, p. 54). A falta de interesse em outros cultivos já praticados localmente e que até mesmo se insinuavam como promissores em circuitos mercadológicos, como se verificaria mais tarde com o amendoim e o caju, indica que, conforme constatou Frantz Fanon, a economia colonial “não está integrada ao conjunto da nação”, pois raramente “o colonialismo explora a totalidade” de um território que submete. Ao contrário, ele

[...] se contenta em adequar os recursos naturais que extrai e exporta para as indústrias metropolitanas, permitindo assim uma relativa riqueza territorial, enquanto o resto da colônia mantém, ou aprofunda, seu subdesenvolvimento e sua miséria (Fanon, 2022 [1961], p. 157).

A situação logo seria encarada como um “erro” no âmago do próprio regime ditatorial português. Em março de 1964, um deputado lamentava na Assembleia Nacional que as políticas coloniais tivessem esnobado o amendoim em Moçambique, “noutros tempos, um grande produtor” mundial da oleaginosa, a ponto de as exportações do produto baixarem de 37,6 mil toneladas em 1936 para apenas 149 toneladas em 1962. O parlamentar se queixava da prioridade devotada à prática algodoeira: “Diz-se que a produção de amendoim foi prejudicada em benefício da do algodão. Não compreendo que se prejudique uma cultura em benefício de outra. O acertado seria beneficiar ambas; beneficiar todas” (Portugal, 1964, p. 3640). Por sinal, o mesmo legislador exaltava o potencial agrícola moçambicano para outros cultivos, caso do açúcar, então um dos principais itens da balança comercial da colônia. Entretanto, os dados informados à época indicavam de maneira explícita que apesar de já exportar 129,9 mil toneladas do produto ao ano (estatística de 1962), com projeções de ampliação da oferta, a população moçambicana beneficiava-se pouco do alimento. Era, por

---

<sup>13</sup> De acordo com provocação de Donna Haraway a respeito das maneiras de nomear ou conceituar o conjunto dos impactos decorrentes da racionalidade capitalista no planeta, o Plantationoceno “[...] prossegue com crescente ferocidade na produção global de carne industrializada, no agronegócio da monocultura, e nas imensas substituições de florestas multiespecíficas, que sustentam tanto os humanos quanto os não humanos, por culturas que produzem, por exemplo, óleo de palma” (Haraway, 2016, p. 144).



sinal, no circuito capitalista que integrava, a que menos usufruía do açúcar cuja cana plantava e colhia:

Com efeito, e segundo elementos extraídos de um trabalho da autoria do engenheiro agrônomo Ramalho Correia e do Dr. Américo Silva Jorge, verifica-se que o consumo de açúcar em Moçambique em 1960 foi apenas de 7,94 kg per capita, quando nos países mais adiantados esse consumo oscila entre os 50 kg e 60 kg. O mercado da própria metrópole oferece também largas perspectivas, pois a sua capitação em 1959 foi apenas de 16,7 kg. Isto sem contar com o enorme consumo que absorveria uma indústria de frutas em compota e enlatada que a metrópole poderia desenvolver com as suas preciosas frutas, utilizando açúcar ultramarino (Portugal, 1964, p. 3690).

Ou seja, habitantes do Portugal metropolitano tinham acesso, individualmente, a mais do que o dobro de açúcar anual do que quem vivia em Moçambique. As preocupações das autoridades, afinal, sempre giravam em torno do abastecimento metropolitano a partir de matérias-primas cultivadas nas colônias. Sobre o amendoim enquanto potencial substituto de óleos de girassol (*Helianthus annuus* L.) e oliva (*Olea europaea* L.) – este último produto agrícola com elevado protecionismo estatal português e um dos mais exportados pelo país –, o “Parecer da comissão encarregada de apreciar as contas públicas”, do Legislativo, tornava público, em fevereiro de 1969, que era “[...] doloroso verificar que a importação de produtos alimentares [em Portugal] sobe com os anos”, à falta de uma coordenação governamental que lançasse “[...] um golpe de vista às possibilidades ultramarinas, em carnes e gorduras, por exemplo” (Portugal, 1969a, p. 3). Segundo a comissão parlamentar, as importações “[...] de sementes oleaginosas (em especial o amendoim), às vezes mandadas vir de países inimigos ou publicamente contrários à ordem nacional” – leia-se, contra o imperialismo luso então vigente – resultava da falta da “melhoria das economias ultramarina e metropolitana” (Portugal, 1969a, p. 3). Assim, o “[...] cultivo de amendoim em Moçambique, o desenvolvimento da indústria de gados no Sul de Angola e outras produções poderiam aliviar o grande desnível da balança comercial da metrópole” (Portugal, 1969a, p. 3). Constatava ainda o relatório português que, para um “[...] país que se considerou ‘essencialmente agrícola’ durante tantos anos, o grande desnível na importação e exportação de produtos alimentares é certamente um grave contra-senso, é até paradoxal” (Portugal, 1969a, p. 3). O assunto voltaria à tona na pergunta retórica de outro trecho do documento elaborado pelo comitê: “A metrópole importa grandes quantidades de amendoim e Moçambique já foi em tempos passados um grande exportador. Não será possível intensificar a sua produção, assim como a do tabaco, a da castanha de caju e outros produtos?” (Portugal, 1969b, p. 103).



A crescente atenção dispensada a cultivos alimentares com presença histórica em Moçambique por parte das autoridades portuguesas indicava, decerto, uma busca desesperada no sentido do rápido saneamento das contas e na diversificação das fontes de matérias-primas em contextos interno e externo, como já dito, gradativamente desfavoráveis ao regime salazarista. No entanto, sem a insistência das populações locais moçambicanas na manutenção de hábitos alimentares relacionados a plantas marginalizadas como o caju, o amendoim e o coco, é difícil supor que tais culturas pudessem se reinserir no radar dos formuladores de políticas públicas coloniais nos anos finais do Estado Novo. Se o *habitar colonial* durante longas décadas do século XX procurou enxertar modelos monocultores de agricultura em Moçambique, suas gentes, percebendo a própria fragilidade diante dos interesses econômicos operando tais produtos (afinal, ninguém se alimenta de algodão ou sisal), agiu a partir de “[...] formas de vida que, mesmo quando submetidas à violência da *plantation* [...] encontravam meios de superá-la” (Bulamah, 2022, p. 19). Através de associações de contra-plantação, “estabeleceram novas e desafiadoras alianças” ao aparato colonial (Bulamah, 2022, p. 19).

### **Caju: um símbolo da contra-plantação**

Em Moçambique, o cajueiro era hostilizado por colonizadores portugueses já no início dos Novecentos: tratava-se de um “fruto amaldiçoado” provindo de uma “árvore de vício e ruína” e destinado a tornar os moçambicanos “constantemente embriagados” (Penvenne, 2015, p. 34). Em meados do século, porém, a exportação das castanhas da planta começou a ganhar adeptos no interior dos altos círculos políticos do salazarismo. Como observamos acima, nos anos 1960, período em que se agudizaram os conflitos envolvendo a manutenção do colonialismo português, o caju se insinuava como uma das mais atraentes opções do setor primário exportador moçambicano. Partindo de um início tímido nos anos 1940, o trabalhoso método mecanizado de descasque e processamento da castanha de caju, primeiro levado a cabo no interior da comunidade comerciante indiana fixada em Moçambique desde o século XIX, acelerou-se na década seguinte, chegando a onze fábricas – além de três em construção – em 1974, último ano da dominação portuguesa no território índico. Tornara-se, ironicamente no período que marcou o ocaso da presença imperialista lusa na África, a indústria com “a fonte mais importante da moeda externa de Moçambique”, representando



21,3% do total de exportações, já à frente de algodão e açúcar (Pereira Leite, 2000, *Apud* Penvenne, 2015, p. 34). Conforme Jeanne Penvenne, desenhava-se, desse modo, um nítido contraste com períodos anteriores, quando “[...] a administração colonial promoveu o arrancamento dos cajueiros para impedir que a maioria da população gozasse do seu fruto” (Penvenne, 2015, p. 36). Por um breve momento antes de seu colapso, contudo, o Estado Novo

[...] promoveu a grande expansão do cajual nacional para a exportação da castanha e subprodutos, com pouquíssimas menções a bebidas de caju. O consumo de caju e de bebidas de caju pelos moçambicanos, porém, não diminuiu ao longo do tempo (Penvenne, 2015, p. 36).

De fato, não houve registro de que as populações originárias de Moçambique tivessem abandonado o preparo de bebidas fermentadas a partir do pseudofruto do caju. Ao contrário, a produção e o consumo desses produtos alcoólicos seguiram abrangentes pela colônia, sempre muito apreciados em comemorações e reuniões festivas. Um cristalino indício da permanente postura de contra-plantação de tais grupos subalternizados, sobretudo se se considera que o cajueiro era uma árvore que em geral crescia de maneira espontânea, o oposto do que se esperava e planejava para uma produção agrícola controlada e voltada à extração de riqueza nos moldes capitalistas do sistema de plantação. Além disso, havia impedimentos legais ao comércio das “bebidas cafreais”,<sup>14</sup> inclusive as de caju. As autoridades justificavam a medida como meio de combater a embriaguez; ao mesmo tempo, mantinham a reserva do mercado formal de alcoólicos para o chamado “vinho para o preto”, vinho de baixa qualidade comprado da metrópole em larga escala; por fim, impediam deserções da mão de obra rural em virtude da atração exercida pelas safras do caju. Nessas ocasiões, quando “[...] grandes levadas demandam a terra da sua naturalidade procurando regalar-se com a saborosa bebida obtida a partir do fruto do cajueiro”, “[...] a repressão policial, muitas vezes, senão sempre”, ganhava “aspectos bárbaros” no combate ao seu fabrico artesanal (Capela, 2019 [1973], p. 11).

Uma reportagem de duas páginas, com fotografias, publicada em janeiro de 1968 no jornal *Voz Africana* (ver Figura 1), semanário de recorte popular editado na cidade da Beira, explicitava a relevância social do “xicadju” para populações suburbanas da capital da colônia,

<sup>14</sup> Designação racista para populações bantu advinda do termo “cafre”, derivado do árabe *kafr* ou *kufir* (“infiel”). Outras plantas abundantes em variadas regiões de Moçambique também rendiam bebidas alcoólicas populares. Entre elas, estão a sura (extraída do sumo de coqueiros) e a cabanga (obtida do farelo do milho).



Lourenço Marques (atual Maputo), sendo a “bebida mais apreciada” nos meses de calor. Tamanha a sua difusão que regras clássicas de oferta e demanda se acoplavam à informalidade de um verdadeiro mercado existente em torno do produto caseiro:

[...] Anualmente, aí por alturas do fim do ano, ou mais propriamente [*sic*], a partir do antepenúltimo mês de cada ano, as cenas repetem-se. Garrações que chegam, garrações que se vão, gente que compra, gente que vende, muita alegria e animação. O ‘xicadju’ é muito popular entre as populações nativas do Sul, não só por ser agradável como por ser também muito económica. O preço de cada ‘xibakela’, ou seja, o garração de cinco litros, custa nos primeiros meses cerca de 30 escudos. À medida que a produção aumenta, o preço baixa, chegando a custar cada um daqueles recipientes cheios, cinco escudos (Voz Africana, 1968a, p. 8).

Seguia-se uma descrição das divisões de gênero em torno da bebida:

O pessoal feminino é quem tem a tarefa de o preparar, não só porque só elas têm aquele requinte de perfeição que os homens gostam de apreciar e que só elas fornecem à bebida, como porque são elas as únicas que dispõem do tempo necessário disponível para se dedicarem ao seu fabrico. Os homens, esses só são chamados a consumi-la.

Logo que se procede à apanha do cajú [*sic*] – o fruto – a mulher transporta-o com a ajuda dos criados ou dos filhos, desde o local da apanha até ao de fabrico. Separando a castanha, que também é aproveitada, esmaga-se o fruto, donde se extrai o sumo que é depositado num qualquer recipiente de barro, dentro do qual são lançados alguns daqueles frutos inteiros, para não deixar o líquido perder o sabor depois de fermentado.

O líquido exige normalmente 48 horas para fermentar. Quando começa a apresentar uma cor mais branca, do que a ligeiramente amarelada inicial, e quando começa a apresentar aquele burbulhar [*sic*] característico, pronto, está em condições de ser utilizado.

Para a pequenada, para as mulheres e para todos aqueles que não gostam de beber o líquido azedo, a operação termina logo após o acto de coar, retirando as impurezas, pois só assim é possível bebê-lo ainda adocicado (Voz Africana, 1968a, p. 8).

O jornal aproveitou para colher o depoimento de pessoas no bairro da Mafalala, um enorme subúrbio para fora da “cidade de cimento” – ou seja, a área urbanizada e quase sempre habitada por brancos. Um morador local, que “se encontrava a bebericar nas imediações do Xipamanine”, um mercado popular, afirmou: “Bebe-se o ‘xicadju’ como outra bebida qualquer, quer seja ou não do tipo europeu, pois é tão boa ou melhor que qualquer dessas. Mesmo bebido em quantidade razoável não nos deixa prostrados no chão, mas, pelo contrário, anima-nos” (Voz Africana, 1968a, p. 8). Outro entrevistado suburbano acrescentou: “Para beber o ‘xicadju’ é conveniente estar-se reunido em grupo de cinco ou mais pessoas, pois assim bebe-se melhor e com mais prazer. O ‘xicadju’ é bom para toda a família, porque ‘lava’ o nosso sangue” (Voz Africana, 1968a, p. 8). A matéria jornalística explicava que o “[...] cajú é orientado das localidades limítrofes da capital, e é trazida [*sic*] para a cidade ou subúrbios da mesma, através de autocarros de passageiros de longo curso” (Voz Africana,



1968a, p. 8). Ainda debatia se quem faturava mais seria a vendedora – a mesma que fabricava – ou a revendedora do produto. Uma mulher que revendia o produto disse à reportagem que “[...] o caju traz bons resultados para todos (vendedora e revendedora), e causa pouco aborrecimento” (Voz Africana, 1968a, p. 9). Ao final, a reportagem atestava a qualidade festiva associada ao consumo do “xicadju”: “Na ‘cidade do caniço’ [as periferias laurentinas] a alegria é contagiante, graças ao caju, que aparecendo nesta ocasião de sol abrasador, a[ju]da a recuperar as forças perdidas” (Voz Africana, 1968a, p. 9). Mesmo admitindo que a bebida proporcionava um “pequeno mundo irreal de alegria e satisfação”, apelava para que ela fosse vista “[...] não como um intruso, mas sim como um companheiro da boa disposição e mais saúde” (Voz Africana, 1968a, p. 9).

Ressalte-se que a fim de burlar o aparato censório à imprensa então em vigor, o jornal preveniu-se com um quadro explicativo, sustentando que apenas procedia a uma sugestão acerca de como as autoridades deveriam fiscalizar o “xicadju”, permitindo enfim o seu livre comércio, visto ser

[...] a bebida mais típica de Moçambique e aquela que proporciona aos seus consumidores um reconfortante refresco económico e de grande poder terapêutico. A fiscalização das autoridades, aliás benéfica, deveria incidir somente nas condições higiénicas de preparo, factor importante de saúde pública (Voz Africana, 1968a, p. 8).

Abra-se aqui parêntesis a respeito da corruptela que dá nome à aguardente tão apreciada em Moçambique. Embora alterado por formas gramaticais comuns a línguas bantu, como o xironga,<sup>15</sup> o termo “caju” permanece no cerne da palavra “xicadju”, o que não é pouco se considerarmos a origem e o percurso tupi deste termo: eis outra forte conexão entre as populações nativas das Terras Baixas do continente sul-americano e as comunidades africanas em torno do Índico, separadas por um oceano e praticamente a totalidade da porção meridional da África. É quase paradoxal que, na dinâmica em geral desagregadora do colonialismo, cultivos alimentares como o caju tenham gerado uma inadvertida intimidade epistemológica entre povos tão distintos e distantes entre si, chegando a ultrapassar barreiras linguísticas e transcendendo a materialidade dos vegetais plantados, colhidos, consumidos e

---

<sup>15</sup> Em específico, “xicadju” corresponde a um neologismo oriundo do português brasileiro ou do português europeu de maneira informal, “[...] tendo passado para a língua Xironga na forma *xicadju*, e desta para o PM [português moçambicano] para designar sumo/aguardente” (Lopes, Siteo & Nhamuende, 2002, p. 167). A gênese da palavra na informalidade linguística ajuda a indiciar o seu emprego original entre as camadas subalternas de Moçambique.



celebrados lá e cá. Palavras correntes no português brasileiro contemporâneo, “caju”, “mandioca” e “amendoim”, por exemplo, estão todas etimologicamente atreladas ao tupi, língua de matriz ameríndia sul-americana (Bagno & Carvalho, 2014, p. 10, 34-35 e 75-77).

Figura 1: Fac-símile das páginas do jornal *Voz Africana* com reportagem sobre o caju e o “xicadju”.



Fonte: *Voz Africana*, 1968a, p. 8-9.

Na mesma edição do jornal *Voz Africana* sobre o “xicadju”, cuja primeira página também estava quase toda reservada ao tema, o editorial do semanário dispensou alguns parágrafos a fim de defender a venda da bebida de caju, apreciada por todo o pluriétnico e multilinguístico Moçambique, exaltando-a frente ao vinho barato português:

A bebida obtida do sumo do caju, que está enormemente divulgada em Moçambique e que, nas diversas regiões, toma nomes diferentes conforme a língua do lugar, não conheceu ainda as honras de uma oficialização que lhe permitisse viver ao abrigo das intervenções policiais que, quando actuaem, a destroem. [...]

Por um lado, é uma bebida que julgamos muito menos ofensiva junto das camadas de [sic] população que lhes prestam a homenagem de a beberem moderada e copiosamente, do que alguns litros de vinho desfigurados desde a origem e que chegam ao consumidor num mísero estado, prejudicando duma maneira muito mais grave a saúde de quem o ingere.

Por outro lado, é um produto da terra. Se se há-de estar a mandar vinho de fora, pagando-o caríssimo, por que se não há-de aproveitar a bebida que cá temos dentro e que é tão do agrado das populações? [...] (*Voz Africana*, 1968a, p. 2).

Meses depois, a mesma publicação jornalística contraria a história pessoal de Vasco Joaquim Mabote, de 27 anos de idade, apresentado numa reportagem como “[...] o maior



fornecedor negro da castanha de caju às indústrias de descasque deste produto em Moçambique” (Voz Africana, 1968b, p. 6). Interessa-nos o trecho em que o vendedor, de origem humilde em Manjacaze, no distrito de Gaza, narra o início de sua relação comercial com o caju. Sua esposa teve, tanto quanto inúmeras mulheres no Sul do território, papel fulcral no sucesso do negócio:

[...] de repente, tive uma ideia: Abrir lá na minha terra uma loja da venda de géneros, açúcar, arroz, sabões, petróleo, porque a minha área fica muito distante da cantina mais próxima. O negócio começou a funcionar bem, enquanto eu cá em baixo [Lourenço Marques] trabalhava e comprava mais coisas para mandar para lá com o dinheiro que ia ganhando. A minha mulher trabalhava muito na machamba, começou a cultivar muita coisa e achei também conveniente vender algo da machamba. Nessa altura já podia alugar camiões para fazerem o carregamento de mandioca, amendoim, castanha (Voz Africana, 1968b, p. 6).

Note-se que o mercado de descasque, processamento e exportação do caju achava-se integrado a famílias de origem indiana. O percurso da mercadoria, aliás, antes da maior atenção lançada a ela pelo Estado Novo na década de 1960, se iniciava em sua colheita “pelos indígenas nos cajueiros espontâneos”, muitas vezes em árvores nas machambas, sendo “[...] depois vendido ao comércio do mato, para ulterior exportação por intermédio das casas exportadoras indianas da província” (Portugal, 1959, p. 107). A Índia, por sinal, constituía o principal importador da castanha, onde o seu processamento se finalizava para proceder à revenda sobretudo a clientes nos Estados Unidos da América. Desde os anos 1930, a produção interna indiana se tornou insuficiente, passando a demandar um volume crescente de castanha de caju. Moçambique, com um número significativo de famílias provenientes da Índia e volumosos cajueiros, tornava-se um fornecedor com enorme potencial. Em março de 1965, o deputado Alexandre Lobato compartilhou estatísticas comparando a “agricultura indígena, agora chamada ‘agricultura tradicional’”, e o que designou de “agricultura empresarial” em Moçambique. Os números apresentados por ele provavelmente estão subnotificados, e colidem com outros dados. Ainda assim, são ilustrativos para a compreensão das diferentes prioridades entre os modelos agrícolas praticados na colônia.

**Quadro 1:** Produção agrícola em Moçambique (em milhares de toneladas).

Agricultura “tradicional”		Agricultura empresarial	
<b>Algodão (caroço)</b>	86	<b>Cana de açúcar</b>	1.500
<b>Castanha de caju</b>	46	<b>Folha verde para chá</b>	43
<b>Milho</b>	23	<b>Frutas frescas</b>	36
<b>Amendoim descascado</b>	14	<b>Copra</b>	33



<b>Mandioca seca</b>	13	<b>Arroz em casca</b>	32
<b>Copra</b>	10	<b>Sisal</b>	29
<b>Arroz em casca</b>	9	<b>Milho</b>	23
<b>Trigo</b>	7,4	<b>Produtos hortícolas</b>	11
<b>Mapira (sorgo)</b>	3,8	<b>Batata</b>	10
<b>Nhemba (feijão)</b>	3,4	<b>Castanha de caju</b>	6,7
<b>TOTAL</b>	217,6	<b>TOTAL</b>	1.736,3

*Fonte:* Portugal, 1965, p. 4554-4555.

É significativo que, sem qualquer tipo de incentivo estatal, as populações originárias moçambicanas produzissem, em patamares elevados, quatro entre os dez maiores cultivos alimentares também extraídos por vias “empresariais”: castanha de caju, milho, copra (um derivado do coco) e arroz. Sobre o caju e a copra, afirmava Lobato, “[...] não representam propriamente culturas no sector tradicional, mas, a simples colheita de produtos que Deus dá de árvores que produzem durante dezenas de anos” (Portugal, 1965, p. 4555). O parlamentar tentava assim desqualificar essa característica da agricultura local, de convivência secular com ambos os vegetais, argumentando que sem os cajueiros e os coqueiros “que Deus dá”, “[...] ficam as principais culturas indígenas lançadas no mercado reduzidas a 161 000 t de oito espécies”, tonelagem, de acordo com ele, dez vezes inferior à do setor primário propriamente capitalista (Portugal, 1965, p. 4555). Curiosamente, o legislador esqueceu-se de referir à produção algodoeira, toda atrelada às machambas moçambicanas. Frente a tanto desestímulo, o sentido de contra-plantação de tais cultivos encabeçados pelo caju não poderia ser mais cristalino.

### **Uma dinâmica alimentar “Sul-Sul”**

Da África para a América, e vice-versa, os “[...] portugueses foram agentes distribuidores de espécies alimentares com surpreendente eficiência” em seu duradouro império; ademais, a “[...] disseminação da mandioca, do milho, da batata e do amendoim brasileiros tiveram uma intensidade, rapidez e precisão incomparáveis” (Cascardo, 2004 [1967], p. 218-219). O caju, tal qual a mandioca, o milho e o amendoim, figurava entre os principais cultivos agrícolas alimentares das populações moçambicanas em meados do século XX. Presentes nas machambas ou dispersos pelo mato, representavam, como verificamos no caso da popular bebida fermentada “xicadju”, parte substancial da vida cotidiana no território colonial, servindo à subsistência e às trocas afetivas e comerciais. A convivência das gentes



locais com essas plantas datava de muito tempo. Tanto era assim que, de tão bem-sucedidas essas espécies vegetais – nas quais “assenta a dieta alimentar dos moçambicanos” – “[...] são hoje consideradas autóctones, sendo raro os que conhecem as suas origens” (Casculo, 2004 [1967], p. 218-219). Somadas à batata-doce (*Ipomoea batatas*), essas plantas, provenientes da América Latina (mormente da América do Sul), foram “[...] introduzidas no continente africano no século XVI”, no processo de expansão do sistema mundial moderno engendrado a partir da Europa ocidental (Ribeiro, 2010, p. 162).

Entendemos que o percurso cultural e sociobiológico de tais espécies, de suas origens americanas a seu êxito nas apropriações culinárias e éticas africanas, representam uma itinerância de saberes e conexões entre povos do que nas últimas décadas tem se designado de Sul global, ou seja, as “[...] regiões periféricas e semiperiféricas dos países do sistema-mundo moderno, anteriormente denominados Terceiro Mundo” (Meneses, 2012, p. 199-200). Esses cultivos alimentares, por vias diversas, contornaram a economia capitalista moderna da acumulação material, ela que “[...] num sentido amplo, constitui-se como uma gramática colonial, cujo discurso produz a exclusão e o apagamento do que é não familiar, embora explorável – as ‘outras’ práticas sociais e subjetividades” (Meneses, 2012, p. 199-200). O próprio meandro do caju, primeiro entre o Brasil colonial e Moçambique, depois de Moçambique para a Índia, pode ser lido em experiências de trocas “Sul-Sul”. Há um aprofundamento dessa percepção se se observa a gradual periferização de Portugal entre as potências colonizadoras mercantilistas e capitalistas no decorrer da Idade Moderna e da contemporaneidade.

Do Norte e do Nordeste do atual Brasil exploradores marítimos portugueses conduziram o caju, planta tropical de “fácil reprodução”, à costa índica do continente africano e mesmo à Índia. Mas enquanto a expansão dos cajueiros “faz-se quase sempre por germinação espontânea”, o grande fomentador desse avanço foi o “autóctone” moçambicano, ao deixar castanhas caídas na terra, após ter-lhe saboreado o pedúnculo. O cajueiro conviveu em harmonia com outras plantas, “nomeadamente arborícolas” (Ribeiro, 2010, p. 163). Tomando-se de exemplo Manjacaze, terra natal do comerciante Vasco Joaquim Mabote, cujo relato lemos mais acima, a árvore de caju, com tamanho entre dez e vinte metros, “[...] aparece misturada com as mangueiras, as mafureiras, as massaleiras, partilhando o solo com o feijão-nhemba, a mandioca, o amendoim e o milho” (Ribeiro, 2010, p. 163).



Por sua vez, a mandioca, outra planta desenvolvida nas Terras Baixas do continente sul-americano, foi introduzida na África por portugueses entre os séculos XVI e XVII, constituindo hoje um dos mais importantes elementos agrícolas na região subsaariana. A expansão que verificou para “[...] o interior do continente africano deveu-se provavelmente à sua capacidade de resistência a pragas, seca, baixa fertilidade do solo e pelos poucos cuidados” que exige na comparação com outros cultivos (Ncoza, 2015, p. 4). Em Moçambique na década de 1970, a cultura alimentar da mandioca representava uma das mais relevantes, sendo consumida “[...] principalmente na forma de farinha de raspa, base da alimentação de cerca de 50% da população” (Folegatti *et al.*, 2005, p. 107).

O milho, embora domesticado a partir do teosinto (*Euchlaena mexicana* Schrad) há 9 mil anos por populações que habitavam o território do atual México, registrou, dois e meio milênios à frente, no sudoeste amazônico, “um segundo centro de melhoria”, sendo os povos das Terras Baixas da América do Sul alguns dos principais difusores do grão (Kistler *et al.*, 2018, *tradução nossa*<sup>16</sup>), hoje um dos alimentos mais consumidos no mundo. Carreado pelo colonialismo luso a Moçambique, onde chegou a ocupar um papel significativo na agricultura extrativista durante o século XX, no presente responde pelo “[...] primeiro lugar em termos de produção e comercialização [agrícola], constituindo a base alimentar para os mais de 28 milhões de pessoas” da população daquele país (Zidora *et al.*, 2018, p. 462). De tão apelativo enquanto reserva alimentar, o Emblema Nacional de Moçambique, insígnia do estandarte presidencial desde a independência em relação a Portugal, em 1975, adota – tendo ela sofrido pequenas variações no tempo – a imagem estilizada de uma “[...] planta de milho e espiga e uma cana de açúcar simbolizando a riqueza agrícola” moçambicana (Moçambique, 2015) (ver Figura 2). Também o emblema do partido FRELIMO, a legenda sucessora do movimento libertador que governa o país desde a independência, exhibe como símbolos oficiais “um batoque e uma maçaroca” – quer dizer, uma espiga de milho – sobre um retângulo vermelho (Frelimo, 2022, p. 6) (ver Figura 3).

---

<sup>16</sup> Original: “Genomic, linguistic, archaeological, and paleoecological data suggest that the southwestern Amazon was a secondary improvement center for partially domesticated maize.”



**Figura 2:** Emblema Nacional de Moçambique.



*Fonte:* Moçambique, 2015.

**Figura 3:** Emblema oficial do partido FRELIMO.



*Fonte:* Frelimo, 2022.

Conta Luís da Câmara Cascudo (2004 [1967], p. 176) que o “[...] amendoim é mais popular do Senegal a Moçambique, África austral inteira, condimentando carnes e peixes, inhames e bananas”, sendo o seu óleo “o primeiro suplente do óleo de palma, azeite-de-dendê” . O mesmo autor relata um episódio do século XVIII que atestava a antiguidade da presença do amendoim “brasileiro” em Moçambique: “Viajando em 1797 por Quelimane, o governador Lacerda e Almeida encontrava os plantios de amendoim, batatas, cajus, goiabas, numa emoção para os seus olhos brasileiros” (Cascudo, 2004 [1967], p. 221). Originário de regiões a leste da cordilheira dos Andes, o amendoim teve o seu processo de domesticação primária em territórios dos atuais Peru, Bolívia, Argentina e Brasil. Encontrou enorme aceitação na Guiné e em Angola. Em solo moçambicano, nos estertores da década de 1960 e do Estado Novo salazarista, a variação do seu preço preocupava, evidenciando o peso



que detinha na segurança alimentar da população. Atestava-o outra produção jornalística do mesmo semanário popular cujas páginas frequentamos anteriormente.

O texto, de maio de 1967, revelava que o preço do quilo do amendoim descascado para consumo em natureza, que chegara a exorbitantes doze escudos, seria reduzido a cinco escudos nos distritos sulistas de Inhambane, Gaza e Lourenço Marques. A baixa, que supostamente beneficiava as camadas subalternas moçambicanas, havia sido anunciada pelo Instituto de Cereais de Moçambique e respondia ao “[...] facto de o abastecimento nos referidos distritos voltar a ser feito com o amendoim” da própria colônia (Voz Africana, 1967, p. 8). O preço anterior, discorria a matéria, havia sido “[...] legislado pelo despacho do Secretário de Economia, que frisava não ter sido suficiente a produção local do amendoim, tanto para o consumo, como para a indústria, pelo que se registara a conveniência de o importar” (Voz Africana, 1967, p. 8). Contudo, uma população consciente da pouca importância de suas necessidades para as autoridades coloniais portuguesas – que preferia pagar para trazer o produto do estrangeiro em vez de redirecionar a produção local para o consumo interno – evidentemente recebeu a informação da queda com ceticismo.

Após o anúncio governamental, o jornal *Voz Africana* (1967, p. 8) deslocou-se “[...] aos subúrbios, no intuito de ouvir opiniões, contactando assim algumas donas de casa”. A primeira pessoa ouvida foi Lúcia Osias Mulungo, residente na periferia do Chamanculo, que asseverou: “Se o actual preço de amendoim (de cinco escudos cada quilograma) fosse cumprido como está legislado [...] poderia utilizar o amendoim não só para o caril, mas ainda para a venda”, acrescentando que, assim, poderia ajudar “[...] o meu marido no que quer que fosse, ou fazendo doces para a venda ao público, ou torrando-o para o mesmo fim” (Voz Africana, 1967, p. 8-9). A senhora Júlia Pedro mostrou ênfase maior na crítica colhida pelo entrevistador, demarcando que os pobres pagavam mais por um produto essencial à alimentação: “Sete escudos cada quilo de amendoim, só para nós que habitamos nos subúrbios” (ver Figura 4).

**Figura 4:** Dona de casa Júlia Pedro entrevistada por repórter sobre preço do amendoim.



D. Júlia Pedro, uma das pessoas contactadas pela nossa reportagem: «Assim não poêe continuar... Sete escudos cada quilo de amendoim, só para nós que habitamos nos subúrbios».

Fonte: Voz Africana, 1967, p. 8-9.

De sua parte, Isabel Rodolfo Carlos, também ouvida pela reportagem, disse gastar seis escudos por quilo de amendoim na cantina perto de sua casa, em Xipamanine. A mulher, segundo o semanário, ainda expôs, “[...] como outras donas de casa[,] que este produto é indispensável na vida do dia a dia, porque faz parte do prato”. O jornal concluía:

Perante este problema, e de acordo com os depoimentos das pessoas em contacto, podemos informar que o preço de 5\$00 [cinco escudos] cada quilograma, tornado público pelo ‘Instituto de Cereais de Moçambique’, é violado nos arrabaldes, mantendo-se o de 6\$00 ou 7\$00 cada quilo, conforme a vontade do comerciante.

Esperamos que as autoridades de fiscalização ponham cobro a este estado de coisas (Voz Africana, 1967, p. 9).

A repentina prioridade conferida pelo Estado Novo à produção de amendoim, um cultivo popular outrora bastante desdenhado pelas políticas coloniais, priorizava a industrialização para exportar o produto em detrimento da segurança alimentar das populações moçambicanas, sobretudo as do Sul do rio Save. E tudo apesar de terem sido essas mesmas populações as responsáveis por manter viva a cultura do amendoim no território, ao longo de séculos de interações com a planta introduzida a partir da América do Sul. Eis um lance dos movimentos do capital, verificados em sua expansão ao redor do mundo na mercantilização da terra e da natureza e que envolveram “[...] a eliminação de formas pré ou não capitalistas de relações sociais”, inclusive nos manejos de vegetais



historicamente conhecidos e aclimatados aos hábitos humanos locais (Bombardi, 2023, p. 60).

Anna Tsing (2019, p. 175), refletindo sobre a escalabilidade, ou seja, “[...] a capacidade de expandir – e expandir e expandir – sem repensar os elementos básicos” da própria expansão, acrescenta uma camada ao problema. Para ela, se “[...] as elites europeias e norte-americanas tiveram problemas para conviver com os outros” do mundo, no decorrer do século XX tais grupos hegemônicos passaram a encarar populações fora do centro do capitalismo como destituídas de qualquer utilidade, pois “[...] atrapalhavam essa expansão, imaginada como necessária para o bem-estar: expansão era progresso”. Naturalmente, as diversidades “biológica e cultural eram e são inimigas do progresso” (Tsing, 2019, p. 177). O caso dos cultivos ora marginalizados, ora fomentados pelo colonialismo português em Moçambique reforça o entendimento acerca desse processo arrasador e voltado à simplificação.

### **Algumas considerações**

A rigor, podemos entender que as populações moçambicanas, durante o período colonial, também conseguiram operar, em suas machambas e no mato, na lógica do que Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 14) denominou de *biointeração*, em *confluência* com outros viventes, e para fora de um sistema de plantação capitalista e extrativista. Seu modo de contra-plantação, aliado de vegetais que nunca necessitaram de agricultura intensiva ou de uma “Revolução Verde” para constantemente oferecer alimentos, como o caju e o amendoim (depois enredados pelas políticas econômicas do colonialismo tardio), também se inseriu num *contracolonialismo*. Explica Bispo (2023, p. 58): “O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O contracolonialismo é um modo de vida diferente do colonialismo”.

Postura diferente do colonialismo e, arrisquemos, um tanto próxima da dos povos originários do continente americano, os mesmos que, por sinal, constituíram a cultura dessas plantas que, depois, estenderiam a sua fartura para as gentes africanas como as de Moçambique. O capitalismo, em sua voragem colonialista, responde pela cosmofofia – o “medo da natureza castigar” – por trás de um “[...] sistema cruel de armazenamento, de desconexão, de expropriação e de extração desnecessária”. Afinal, só “[...] precisa armazenar



quem não confia, quem tem medo da natureza não fornecer”, ainda conforme Bispo (2023, p. 27).

Apesar de um espaço de autonomia limitado pelas políticas de produção do período – em que se sobressaíram o algodão e a cana de açúcar –, as moçambicanas e os moçambicanos das áreas rurais e semirurais por vezes lograram “[...] lutar contra os esforços do Estado colonial capitalista de desviar mão de obra da economia alimentar para priorizar a produção de mercadorias sobre o consumo camponês e as necessidades de reprodução social a longo prazo” (Isaacman, 1992, p. 817, *tradução nossa*<sup>17</sup>). O êxito em Moçambique de plantas como o caju, o amendoim e a mandioca, para não mencionar os onipresentes coqueiros pelas áreas costeiras,<sup>18</sup> contra as pulsões colonialistas e monocultoras no setor primário talvez residisse na hipótese levantada por James C. Scott (2017) de que, por não serem grãos, tais cultivos estariam menos “adequados para a produção concentrada”, a armazenagem e o racionamento. A mandioca, por exemplo, “[...] cresce abaixo do solo, requer poucos cuidados, é fácil de esconder, amadurece em um ano e, o mais importante, pode ser mantida no solo com segurança, permanecendo comestível por outros dois anos” (Scott, 2017, p. 21-22). Se o Estado (inclusive o capitalista colonial) quiser mandiocas, precisará desenterrar “os tubérculos um a um” e transportá-los com maior dificuldade e peso do que, diga-se, o trigo, o arroz – e mesmo o algodão e a cana, que se desenvolvem acima da terra. Prossegue Scott (2017, p. 21, *tradução nossa*<sup>19</sup>) que, amiúde, a economia estatal

[...] se torna possível somente quando há poucas alternativas a uma dieta dominada por grãos domesticados. Enquanto a subsistência estiver espalhada por diversas teias alimentares, como acontece com caçadores-coletores, cultivadores itinerantes, forrageadores marinhos e assim por diante, é improvável que surja um Estado, na medida em que não há alimentos básicos facilmente avaliáveis e acessíveis a servir de base para a apropriação. Alguém poderia imaginar que antigas leguminosas

<sup>17</sup> Original: “This space, however limited, also enabled peasants to cope with and, at times, struggle against the efforts of the capitalist colonial state to divert labor from the food economy and to privilege commodity production over peasant consumption and long-term social reproduction requirements.”

<sup>18</sup> A ponto de o Estado Novo alarmar-se com a quantidade de coqueiros nas mãos dos próprios moçambicanos. Um relatório colonial de 1959 informava: “A produção de oleaginosas mantém também lugar destacado entre as actividades agrícolas da província: a cultura do coqueiro é, sem dúvida, a mais valiosa de todas as actividades agrícolas dos indígenas, com excepção dos géneros de consumo e das que praticam sob a orientação europeia. Dos 10 milhões de coqueiros que se presume existirem na província com um valor que anda à volta de 1 000 000 contos -, 4 milhões são propriedade de grandes, empresas, 1 milhão de pequenos colonos e 5 milhões são de pertença de cerca de 300 000 indígenas”. ver: Portugal, 1959, p. 107.

<sup>19</sup> Original: “My guess is that only grains are best suited to concentrated production, tax assessment, appropriation, cadastral surveys, storage, and rationing. On suitable soil wheat provides the agro-ecology for dense concentrations of human subjects.”



domesticadas, como ervilhas, soja, amendoim ou lentilhas, todas nutritivas e que podem ser secas para armazenamento – podem servir como cultura fiscal. O obstáculo nesse caso é que a maioria das leguminosas são culturas indeterminadas que podem ser colhidas contanto que cresçam; não têm colheita determinada, algo que o fiscal de impostos exige (2017, p. 21, *tradução nossa*<sup>20</sup>).

Por fim, reitera-se que mesmo após o fim do colonialismo luso as populações rurais moçambicanas seguiram tendo questionados os seus modos de cultivo agrícola. O caso mais emblemático vem dos anos 2010, quando uma parceria entre os governos de Japão, Brasil e Moçambique levou à criação do Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA). O propósito declarado era o de transformar as savanas tropicais de porções no Norte de Moçambique, o “Corredor de Nacala”, “em uma região produtora de alimentos” (Japão, s.d.). Contudo, o projeto, “elaborado, iniciado e implementado de cima para baixo”, fomentou desconfianças das populações camponesas locais, até porque atividades preparatórias “[...] já estavam acontecendo mesmo antes da publicação do Plano Diretor, sem comunicação ou consulta às pessoas que serão afetadas direta e indiretamente” (Monjane & Bruna, 2021, p. 320, *tradução nossa*<sup>21</sup>). O conhecimento agrícola “brasileiro” ressurgia, nesse caso, num contexto antagônico àquele anterior, de extensão generosa de vegetais como o caju, o amendoim e a mandioca; agora, tratava-se de otimizar a transformação do valor de uso de alimentos em valor de troca, em mercadorias primárias capazes de estimular a concentração do capital (Marx, 2017 [1867], p. 113-158) e para fora de Moçambique.

## Fontes

Frelimo. **Estatutos do partido**: 12.º congresso. Cidade da Matola [Moçambique], 2022.

---

<sup>20</sup> Original: “It follows, I think, that state formation becomes possible only when there are few alternatives to a diet dominated by domesticated grains. So long as subsistence is spread across several food webs, as it is for hunter-gatherers, swidden cultivators, marine foragers, and so on, a state is unlikely to arise, inasmuch as there is no readily assessable and accessible staple to serve as a basis for appropriation. One might imagine that ancient domesticated legumes, say – peas, soybeans, peanuts, or lentils, all of which are nutritious and can be dried for storage – might serve as a tax crop. The obstacle in this case is that most legumes are indeterminate crops that can be picked as long as they grow; they do not have a determinate harvest, something the tax man requires.”

<sup>21</sup> Original: “As previously mentioned, ProSAVANA was drafted, initiated and implemented in a top-down manner. [...] Preparatory activities were already taking place even before the Master Plan was published, without the information provided or consultation with the population of people who are to be directly and indirectly affected.”



Japão. Agência de Cooperação Internacional do Japão. **JICA** [Online]. Projeto ProSAVANA, Folheto, s.d.

Moçambique. **Portal do Governo de Moçambique** [Online]. “Símbolos Oficiais”, 22 jun. 2015.

Portugal. **Diário das Sessões**, suplemento ao n.º 133, Assembleia Nacional, VII Legislatura, Relatório das contas de gerência e exercício das províncias ultramarinas de 1958, de 26 de novembro de 1959.

Portugal. **Diário das Sessões**, Assembleia Nacional, VII Legislatura, sessão n.º 189, em 17 de março de 1965.

Portugal. **Diário das Sessões**, Assembleia Nacional, VIII Legislatura, sessão n.º 146, em 17 de março de 1964.

Portugal. **Diário das Sessões**, suplemento ao n.º 172, Assembleia Nacional, IX Legislatura, Contas gerais do Estado de 1967 (Metrópole), Parecer da comissão encarregada de apreciar as contas públicas, de 5 de fevereiro de 1969a.

Portugal. **Diário das Sessões**, suplemento ao n.º 180, Assembleia Nacional, IX Legislatura, Contas gerais do Estado de 1967 (Ultramar), Parecer da comissão encarregada de apreciar as contas públicas, de 21 de fevereiro de 1969b.

Portugal. **Diário do Governo**, n.º 207/1961, série I, Decreto-lei n.º 43.893, de 6 de setembro de 1961.

Voz Africana. Fase II, Beira [Moçambique], n. 269, 24 jun. 1967.

Voz Africana. Fase II, Beira [Moçambique], n. 299, 20 jan. 1968a.

Voz Africana. Fase II, Beira [Moçambique], n. 339, 09 nov. 1968b.

## Referências

Bagno, Marcos & Carvalho, Orlene Lúcia de Sabóia. **Pororoca, pipoca, paca e outras palavras do tupi**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

Berg, Jelle Van Den. A peasant form of production: wage-dependent agriculture in Southern Mozambique. **Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines**, v. 21, n. 3, p. 375-389, 1987.

Bombardi, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

Bulamah, Rodrigo Charafeddine. Domesticação contra a plantation. **Mana**, v. 28, n. 3, p. 1-32, 2022.



Capela, José. **O vinho para o preto**: notas e textos da exportação do vinho para África. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2019 [1973].

Cascudo, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 3 Ed. - São Paulo: Global, 2004 [1967].

Casimir, Jean. **The Caribbean**: one and divisible. Santiago: United Nations - Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 1992.

Castelo, Cláudia; Thomaz, Omar Ribeiro; Nascimento, Sebastião & Silva, Teresa Cruz. Introdução: tardo-colonialismo e produção de alteridades. *In*: Castelo, Cláudia; Thomaz, Omar Ribeiro; Nascimento, Sebastião & Silva, Teresa Cruz (Orgs.). **Os outros da colonização**: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012a, p. 19-24.

Castelo, Cláudia. “O branco do mato de Lisboa”: a colonização agrícola dirigida e os seus fantasmas. *In*: Castelo, Cláudia; Thomaz, Omar Ribeiro; Nascimento, Sebastião & Silva, Teresa Cruz (Orgs.). **Os outros da colonização**: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2012b, p. 27-50.

Fanon, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Ligia Fonseca Ferreira & Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022 [1961].

Ferdinand, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

Folegatti, Marília Ieda da Silveira; Matsuura, Fernando César Akira Urbano & Ferreira Filho, José Raimundo. A indústria da farinha de mandioca. *In*: Souza, Luciano da Silva; Farias, Alba Rejane Nunes; Mattos, Pedro Luiz Pires de & Fukuda, Wânia Maria Gonçalves (Eds.). **Processamento e utilização da mandioca**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

Fortuna, Carlos. **De que côr é o algodão branco de Moçambique?** Análise sócio-histórica do Estado, capital e trabalho no período de entre-guerras. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1990.

Freyre, Gilberto. **O mundo que o português criou**: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas. São Paulo: É Realizações, 2010 [1940].

Haraway, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016.

Isaacman, Allen. Peasants, work and the labor process: forced cotton cultivation in colonial Mozambique, 1938-1961. **Journal of Social History**, v. 25, n. 4, p. 815-855, 1992.



Kistler, Logan; Maezumi, Shira Yoshi; Souza, Jonas Gregorio de; Przelomska, Natalia; Costa, Flaviane Malaquias; Smith, Oliver; Lousiselle, Hope; Ramos-Madrigal, Jazmín; Wales, Nathan; Ribeiro, Eduardo Rivail; Morrison, Ryan R.; Grimaldo, Claudia; Prous, André Pierre; Arriaza, Bernardo; Gilbert, Marcus Thomas Pius; Freitas, Fabio de Oliveira & Allaby, Robin Graham. Multiproxy evidence highlights a complex evolutionary legacy of maize in South America. **Science**, v. 362, n. 6420, p. 1309-1313, 2018.

Liguori, Guido. “O uso do termo ‘subalternos’ em Gramsci e na atualidade”. *In*: Roio, Marcos Del (Org.). **Gramsci: periferia e subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022, p. 23-39.

Lopes, Armando Jorge; Siteo, Salvador Júlio; Nhamuende, Paulino José. **Moçambicanismos: Para um léxico de usos do português moçambicano**. Maputo: Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 2002.

Marx, Karl. **O capital: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. 2 Ed. - São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].

Meneses, Maria Paula. Sul (global). *In*: Centro de Estudos Sociais. **Dicionário das crises e das alternativas**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais/Edições Almedina, 2012, p. 199-200.

Monjane, Boaventura; Bruna, Natacha. Confronting agrarian authoritarianism: dynamics of resistance to PROSAVANA in Mozambique. *In*: Scoones, Ian; Edelman, Marc; Borras Jr., Saturnino; Forero, Lyda Fernanda; Hall, Ruth; Wolford, Wendy & White, Ben (Eds.). **Authoritarian populism and the rural world**. Abingdon: Routledge, 2021, p. 313-337.

Ncoqa, Henriques Manuel. **Avaliação do método de multiplicação rápida da Semente-estaca de mandioca para as condições da região Sul de Moçambique**. Trabalho de conclusão de Curso (Licenciatura em Produção Agrícola), Vilankulo: Universidade Eduardo Mondlane, 2015.

O’Laughlin, Bridget. A questão agrária em Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, n. 3, p. 9-32, 1981.

Penvenne, Jeanne Marie. **Tarana: mulheres, migração e a economia do caju no sul de Moçambique, 1945-1975**. Boydell & Brewer: Martelsham, 2015.

Pereira Leite, Joana. A guerra do caju e as relações Moçambique-Índia na época pós-colonial. **CEsA/CSG - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento Documentos de Trabalho**, n. 57, 1999.

Ribeiro, Fernanda Bessa. **Entre martelos e lâminas: dinâmicas globais, políticas de produção e fábricas de caju em Moçambique**. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

Santos, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.



Caio Fabiano Lopes do Valle Souza

*Mercadoria ou comida? Plantação e contra-plantação no colonialismo tardio em Moçambique*

Scott, James Campbell. **Against the grain**: a deep history of the earliest states. New Haven: Yale University Press, 2017.

Tsing, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

Valle Souza, Caio Fabiano Lopes do. **Cidadania de papel**: a seção de cartas do jornal moçambicano *Voz Africana* (1962-1964). Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

Wolford, Wendy. The Plantationocene: a lusotropical contribution to the theory. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 111, n. 6, p. 1622-1639, 2021.

Zidora, César Benites Mário; Rocha Jr., Weimar Freire da; Ribeiro, Marcia Carla Pereira; Silva, Débora Lobo & Oliveira, Homero Fernandes. O papel dos contratos e das ações coletivas na produção e comercialização do milho em Moçambique. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 7, n. 1, p. 461-478, 2018.

**Submetido em:** 15 de agosto de 2024

**Avaliado em:** 03 de setembro de 2024

**Aceito em:** 30 de setembro de 2024